

A CONSTRUÇÃO DO DIÁLOGO

O CONCÍLIO VATICANO II E AS RELIGIÕES



Nenhuma obra acadêmica nasce em um vácuo. Inserido no campo da ciência, qualquer autor é integrante de uma rede e desfruta do intercâmbio contínuo com colegas com os quais compartilha preferências temáticas e metodológicas. Quem despertou meu interesse inicial pelo documento *Nostra Aetate* foi o orientalista e teólogo católico Peter Antes, meu primeiro orientador na Universidade de Hannover, Alemanha. Após décadas privilegiando outros objetos de pesquisa, a declaração conciliar voltou a chamar minha atenção graças à intermediação de João Décio Passos, cujo fascínio pelo Concílio Vaticano II repercutiu em inúmeras conversas e me levou a contribuir com alguns verbetes relacionados ao assunto do diálogo inter-religioso para o *Dicionário do Concílio Vaticano II* (Paulinas/Paulus 2015), que João Décio e Wagner Lopes Sanchez estavam preparando. Esses incentivos impediram que eu me contentasse com minhas reflexões relativamente sucintas publicadas no Dicionário, fazendo com que ampliasse e aprofundasse o material incialmente levantado.

No caminho da redação do mesmo, tive o privilégio de receber importantes orientações de uma série de colegas, entre os quais se destacam José Oscar Beozzo e Paulo Suess, Wagner Lopes Sanchez e Fernando Altemeyer. Sou grato a José Oscar Beozzo e a Paulo Suess pelas estimulantes lições e importantes sugestões bibliográficas durante as aulas que frequentei no Instituto São Paulo de Estudos Superiores (ITESP). Agradeço a Wagner Lopes Sanchez e Fernando Altemeyer pela leitura crítica em um momento chave da produção do texto, o que me deu segurança a respeito da direção principal do meu rumo e me sensibilizou para a complexidade da tarefa assumida.

Na fase final da redação, recebi apoio de Rodrigo Wolff Apolloni, amigo fiel há muitos anos, que se dedicou à revisão do manuscrito.

Deve ser saudada com alegria e reconhecimento a importante contribuição de Frank Usarski para os estudos do Concílio Vaticano II com a presente publicação. Ela vem preencher uma lacuna dentro da rica e variada produção histórica, teológica e pastoral acerca do Concílio Vaticano II e de sua recepção.

Foi só no apagar das luzes do evento conciliar que foi aprovado e promulgado, a 28 de outubro de 1965, o documento *Nostra Aetate*, *Declaratio de Ecclesiae habitudine ad religiones non-cristianas*, ou seja, Declaração sobre a Atitude da Igreja em Relação às Religiões Não Cristãs.

Embora seja o menor dos documentos conciliares, a Declaração só viu crescer sua relevância e atualidade com o correr dos anos. Uma pessoa atenta às transformações e desafios da nossa época, como o pranteado arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, interrogado por mim sobre as questões que, à entrada do novo milênio, deveriam ser aprofundadas pelo CESEEP nos seus cursos de formação, não hesitou em apontar como a mais relevante e urgente a do diálogo das diferentes religiões entre si, a fim de que pudessem cooperar para a superação da pobreza e das discriminações e instaurar processos para garantir a justiça e a paz em âmbito mundial. O teólogo Hans Küng não tem cessado de repetir que, sem diálogo e cooperação entre as religiões, não haverá paz no mundo.

Num momento em que as migrações em larga escala e a globalização romperam fronteiras culturais e linguísticas e arrancaram dos seus casulos e domínios reservados as religiões, todas elas foram colocadas em relação entre si, abrindo caminhos inusitados para o conhecimento das riquezas próprias de cada uma e para inesperados campos de diálogo e cooperação, mas suscitando, igualmente, fricções, estranhamentos e conflitos. O pluralismo, e não mais o exclusivismo religioso, passou a ser o ambiente em que se movem hoje as pessoas e instituições em quase todas as sociedades.

10 Frank Usarski

Só agora, no cinquentenário do Concílio, quando duas editoras católicas lançaram uma série de estudos sobre o Vaticano II, a Paulus com a coleção *Marco Conciliar* e Paulinas com sua coleção *Revisitar o Concílio*, tivemos a publicação das primeiras contribuições brasileiras sobre a Declaração *Nostra Aetate*.¹

A originalidade, porém, do estudo de Usarski é oferecer acurada recuperação histórica do tumultuado percurso do projeto inicial de uma declaração conciliar sobre os judeus e que acabou se convertendo na declaração mais ampla acerca da atitude dos católicos perante as religiões não cristãs.

Além de percorrer passo a passo as várias redações, emendas e supressões a que foi submetido o esquema inicial, Usarski propõe um exame atento de cada uma das partes do documento e das diferentes maneiras para se abordar a sua leitura.

Toma a sério a recomendação de que os documentos conciliares formam um todo e que cada um deve ser lido em conexão e à luz dos demais, de modo particular das quatro constituições que são como que o fundamento e os pilares de toda a obra conciliar. Os documentos formam um tecido único, cuja trama foi sendo urdida entre 1959 e 1965, ao longo dos três anos de preparação e das quatro sessões conciliares. O Concílio dialoga, ademais, com a grande tradição bíblica do Antigo e do Novo Testamento, com os padres da Igreja do Oriente e do Ocidente e, de modo particular, com os 20 concílios ecumênicos ou gerais que precederam o Vaticano II. A presença de observadores das antigas igrejas orientais, da ortodoxia, das igrejas saídas da reforma do século XVI e do Pentecostalismo, arrancou a Igreja Católica do secular isolamento a que as divisões e mútuas excomunhões a haviam condenado. O círculo foi rompido também em relação às

Entre os 15 títulos da Paulus na coleção *Marco Conciliar*, encontra-se um dedicado à temática da *Nostra Aetate*: SANCHEZ, Wagner Lopes. *Vaticano II e o diálogo inter-religioso*. São Paulo: Paulus, 2015 e, entre os 19 títulos publicados pelas Paulinas na sua coleção *Revisitar o Concílio*, há um que engloba três documentos inter-relacionados, os do Ecumenismo, da Liberdade Religiosa e do Diálogo Inter-religioso: WOLFF, Elias. *Unitatis Redintegratio*, *Dignitatis Humanae*, *Nostra Aetate* – textos e comentários. São Paulo: Paulinas, 2012.

religiões não cristãs, ao se colocar na pauta conciliar a necessária revisão da atitude da Igreja em relação às demais religiões. O horizonte alargou-se mais ainda ao trazer, com a *Gaudium et Spes* (Alegria e esperança), para o centro da agenda conciliar a sua relação com o mundo de hoje e ao criar um secretariado para o diálogo com os não crentes.

Por essa e outras razões, o pequeno – mas denso – livro de Usarski ultrapassa os limites do estudo da *Nostra Aetate* para enriquecer a discussão metodológica acerca dos princípios que devem reger a interpretação do evento conciliar, dos seus documentos e de sua recepção. Traz igualmente uma rica bibliografia do que foi publicado em língua alemã e inglesa sobre o tema, bibliografia essa até agora muito pouco traduzida ao português.

Supre, assim, uma lacuna os estudos do Vaticano II no Brasil, de modo particular em um campo tão crucial e urgente como este, das relações com as religiões não cristãs. O autor já havia oferecido uma breve contribuição ao tema ao redigir o verbete *Nostra Aetate* para o *Dicionário do Concílio Vaticano II.*² Completa, agora, o que ali se encontra sob a forma de uma apertada síntese.

O Concílio colocou-se à escuta das interpelações do Judaísmo, Islã, Budismo e Hinduísmo; reconheceu que o Espírito se faz presente na busca empreendida por homens e mulheres nessas diferentes religiões, que são, para estas pessoas, caminhos ordinários de salvação.

Procurou também superar os impasses teológicos e pastorais advindos do axioma *Extra ecclesiam, nulla salus*, "Fora da Igreja não há salvação". Não se pode ocultar, porém, que o Concílio não se abriu ao apelo advindo de bispos da África negra que pediam que fossem tomadas em consideração no debate conciliar as religiões originárias do continente, impregnadas de profundo senso do sagrado e de entranhada espiritualidade, tratadas, porém, como religiões "primitivas".

² SANCHEZ, Wagner Lopes; PASSOS, João Décio. Dicionário do Concílio Vaticano II. São Paulo: Paulus/Paulinas, 2015.

12 Frank Usarski

É claro, por outro lado, que também as religiões do continente africano e as dos povos indígenas da América e de outros recantos do mundo entram, todas elas, debaixo do mesmo princípio de sincera acolhida e respeito aos praticantes de qualquer religião, que se encontra claramente enunciado na *Nostra Aetate* e que deve reger a atitude de todos os católicos: "Exorta, por isso, [a Igreja] os seus filhos a que, com prudência e caridade, pelo diálogo e colaboração com os seguidores doutras religiões, dando testemunho da vida e fé cristãs, reconheçam, conservem e promovam os bens espirituais e morais e os valores socioculturais que entre eles se encontram" (NAe, 2).

No entanto, a atitude dos católicos diante das religiões dos povos indígenas e das religiões de matriz africana que sofreram o impacto da conquista e de uma imposição religiosa por parte dos colonizadores necessita passar por uma purificação da memória, um pedido de perdão e por redobrado esforço de superação da discriminação e racismo que impregnaram as relações sociais e religiosas no nosso continente e, em particular, no nosso país.

Só podemos augurar que o autor desse estudo sobre a *Nostra Aetate* continue colocando seu talento e preparo na investigação de outras áreas do Concílio, como a da liberdade religiosa, com a Declaração *Dignitatis Humanae*, que está à espera de um estudo mais amplo e profundo aqui no Brasil.

JOSÉ OSCAR BEOZZO

E-mail: <jbeozzo@terra.com.br>

Entre os diversos problemas atualmente refletidos por estudiosos da religião, o do pluralismo tem ocupado um lugar predestinado. O tema tem sido abordado por duas perspectivas principais. Por um lado, a discussão tem se focado no processo de crescente diversificação do campo religioso devido à perda da dominância ou, até mesmo, do monopólio de uma corrente religiosa intimamente inter-relacionada com a história de um determinado país. Por outro lado, os participantes do debate têm se mostrado interessados pelo impacto da atual multiplicidade sobre a consciência tanto dos porta-vozes das diferentes tradições religiosas conviventes quanto dos seus seguidores "comuns" confrontados com um espectro expandido de alternativas religiosas.

Tendo este debate em andamento na mente, este livro se interessa pela postura da Igreja Católica diante do Judaísmo e do Islã, manifestada na Declaração sobre as Relações da Igreja com as Religiões Não Cristãs (*Nostra Aetate*), lançada em 28 de outubro de 1965 como um dos 16 textos resultantes do Concílio Vaticano II.

O trabalho parte da hipótese de que a *Nostra Aetate* é consequência de uma série de constelações constitutivas para a revisão e reformulação da atitude da Igreja Católica diante das religiões não cristãs em geral e do Judaísmo e do Islã em particular. Em prol da plausibilização desta hipótese, a obra concentra-se na reconstrução e análise de fatores cruciais para o surgimento da Declaração.

O sucinto primeiro capítulo fornece uma primeira aproximação ao assunto e indica o caráter predominantemente histórico do livro. Esta orientação fica mais clara ainda no segundo capítulo, que se inicia com considerações sobre as constelações que incentivaram o Papa João XXIII a convocar o Concílio e que repercute em diversos documentos conciliares,

14 Frank Usarski

inclusive na *Nostra Aetate*, na busca de respostas da Igreja às exigências do mundo moderno.

Esta busca não começou com o próprio Concílio, mas já se concretizou, entre outras, em iniciativas católicas que anteciparam a atitude construtiva diante do Judaísmo e do Islã, formalizada pelos padres conciliares.

O terceiro capítulo investiga o longo processo redacional da *Nostra Aetate*. Os dados levantados nesta parte demonstram como a intenção inicial de reformular a posição da Igreja diante do Judaísmo sofreu alterações significativas no decorrer das sessões conciliares e nas fases intervalares. O presente trabalho reconstrói as diferentes etapas dessa dinâmica mediante a referência às diferentes versões da Declaração e aos debates sobre elas.

O quarto capítulo do presente trabalho começa com a identificação dos fundamentos argumentativos da Declaração bem como da longa tradição teológica que sustenta o raciocínio do texto conciliar. Trata-se de uma linha de pensamento ofuscada pela posição *extra ecclesiam nulla salus* que marcou, durante séculos, a postura oficial da Igreja diante das religiões não cristãs. O esboço desta corrente teológica alternativa prepara uma leitura tripla do documento *Nostra Aetate*, realizada na segunda parte do terceiro capítulo.

As três abordagens hermenêuticas ao texto se complementam e contribuem para um entendimento mais holístico da Declaração. Analisado sob este prisma, o texto revela tanto seu potencial quanto seus limites relativos ao diálogo inter-religioso do ponto de vista da Igreja. Apesar das suas restrições, a *Nostra Aetate* tem incentivado uma série de ações concretas em prol de um entendimento mútuo entre membros de diferentes comunidades de fé.

Alguns exemplos do legado da Declaração encontram-se nas últimas páginas do livro. Neles repercute o espírito que desde o Concílio Vaticano II norteia as ações "macroecumênicas" da Igreja e cuja essência ressoa nas seguintes palavras do Papa Francisco: "A misericórdia possui uma valência que ultrapassa as fronteiras da Igreja. Ela relaciona-nos com o Judaísmo e

o Islã, que a consideram um dos atributos mais marcantes de Deus. Israel foi o primeiro que recebeu esta revelação, permanecendo esta na história como o início duma riqueza incomensurável para oferecer à humanidade inteira. Como vimos, as páginas do Antigo Testamento estão permeadas de misericórdia, porque narram as obras que o Senhor realizou em favor do seu povo, nos momentos mais difíceis da sua história. O Islã, por sua vez, coloca entre os nomes dados ao Criador o de Misericordioso e Clemente. Esta invocação aparece com frequência nos lábios dos fiéis muçulmanos, que se sentem acompanhados e sustentados pela misericórdia na sua fraqueza diária. Também eles acreditam que ninguém pode pôr limites à misericórdia divina, porque as suas portas estão sempre abertas.³

³ Papa Francisco: Misericordiae Vultus. Bula de Proclamação do Jubileu Extraordinário da Misericórdia, Roma, 11 de abril 2015. http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/apost_letters/documents/papa-francesco_bolla_20150411_misericordiae-vultus.html. Acesso em: 15/10/2017.